

## O LUGAR DA FAMÍLIA NOS PROJETOS TERAPÊUTICOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SOFRIMENTO PSÍQUICO

Laura Vieira Mattioli (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Ednéia José Martins Zaniani (Orientadora). E-mail: lauravmattioli27@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Maringá, PR.

**Área: 7.07.00.00-1 Psicologia**

**Subárea: 7.07.05.00-3 Psicologia Social**

**Palavras-chave:** saúde mental infantojuvenil; reforma psiquiátrica; Psicologia Sócio-Histórica.

### RESUMO

Esta pesquisa objetivou refletir sobre o lugar da família nos projetos terapêuticos de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico. A partir de um questionário *online* preenchido por profissionais de Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij's) de todo o Brasil e da revisão bibliográfica sobre a temática, buscamos compreender quem é essa família, como tem se dado sua inserção nos projetos terapêuticos, práticas ofertadas, dificuldades e potencialidades identificadas no encontro profissionais-familiares. Utilizamos uma metodologia inspirada na dos Núcleos de Significação e, partindo da perspectiva materialista histórico-dialética e de referenciais críticos ao paradigma psiquiátrico, construímos três eixos de análise. Os profissionais expressaram concepções historicamente naturalizadas e apontaram como uma das dificuldades do trabalho a baixa adesão das famílias. Entre as potencialidades, reconhecem que inserir as famílias nos projetos terapêuticos pode resultar em uma maior adesão ao tratamento e, conseqüentemente, na melhora do quadro clínico. Tais questões nos fazem refletir sobre como a reprodução da lógica liberal e individualizante escamoteia a complexidade de fatores que perpassam a experiência do sofrimento psíquico.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o lugar da família nos projetos terapêuticos de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico. Para tal, partimos do entendimento de que o conceito de família é polissêmico, mas aqui tomamos uma concepção sócio-histórica, considerando-a como um grupo de pessoas que se vinculam afetivamente e se responsabilizam mutuamente. Taño *et al.* (2021) nos

alertam que a família é uma unidade de organização cuja constituição se modifica conforme o território, a época e as condições socioculturais e econômicas. Contudo, mesmo que existam múltiplas formas de concebê-la, a família permanece considerada como um “[...] dispositivo social responsável pela reprodução, cuidado e educação, que implica na socialização das novas gerações nas três dimensões do ser humano: consciência, afetos e atividade” (Lima Neta; Kahhale, 2019, p. 210).

Com o advento da Reforma Psiquiátrica, a defesa passou a ser a de um cuidado em saúde mental psicossocial, pautado no princípio da desinstitucionalização, entendendo que preservar e/ou fortalecer os vínculos afetivos e comunitários compõem seus objetivos. Assim, tal cuidado deixou de ser responsabilidade só do Estado e dos especialistas, sendo delegado também à família e à comunidade, que devem estar inseridas nos projetos terapêuticos. Entretanto, esta inserção ainda é marcada por obstáculos e contradições, indicando a necessidade de refletirmos acerca do lugar da família no cuidado em saúde mental infantojuvenil. Nessa toada, realizamos esta pesquisa cujos resultados serão analisados partindo da perspectiva materialista histórico-dialética e de referenciais críticos ao paradigma psiquiátrico.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é de caráter qualitativo e descritivo. Inicialmente, elaboramos um questionário, através do *Google Forms*, direcionado a profissionais de CAPSij's de todo o país. O questionário foi composto de 12 perguntas abertas, que deveriam ser respondidas de forma anônima. Para divulgá-lo, utilizamos informantes-chaves, bem como o *Instagram*, o *WhatsApp* e também *e-mail's* institucionais.

Concomitantemente, realizamos uma revisão bibliográfica, leituras e fichamentos que contribuíram para a análise das respostas obtidas com o questionário. A revisão bibliográfica foi realizada utilizando as plataformas digitais Scielo, Lilacs e Pepsic, combinando as palavras-chave: família; crianças e adolescentes; reforma psiquiátrica; saúde mental. Para a organização e análise do material levantado, nos inspiramos na metodologia dos Núcleos de Significação, idealizados por Aguiar e Ozella (2006).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, 12 profissionais preencheram o questionário. A análise das respostas, que partiu das contribuições teóricas encontradas na revisão bibliográfica e de outros referenciais teórico-críticos, desdobrou-se em três eixos: 1) As famílias que chegam ao CAPSij; 2) As concepções de família, de saúde mental e as práticas de intervenção desenvolvidas pelos CAPSij's; 3) As dificuldades e as potencialidades no/do trabalho com familiares de crianças e de adolescentes usuárias de serviços de saúde mental.

No primeiro eixo, de forma geral, os profissionais responderam que a maior parte das famílias que atendem no CAPSij estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica e são monoparentais, tendo mulheres como responsáveis pelo cuidado cotidiano. Tais respostas levaram à reflexão sobre dois pontos: a relação que os profissionais estabelecem entre sofrimento psíquico e classe social das famílias, bem como razões e efeitos da prevalência da figura feminina no papel de cuidado.

No segundo eixo, destacou-se que os profissionais reconhecem a influência (positiva ou negativa) da família na saúde mental de suas crianças e adolescentes, revelando concepções naturalizadas e universalizadas de família e de saúde mental. Sobre o papel atribuído à família ao longo da história, Sei e Santiago (2019) lembram que a noção de 'família' perpassa toda a história da assistência em saúde mental, sendo ora compreendida como um fator desestabilizador para os sujeitos, ora como um fator essencial para a recuperação da 'normalidade' dos considerados adoecidos (Pegoraro, 2009; Santin; Klafke, 2011; *apud* Sei; Santiago, 2019).

Nesse sentido, consideramos que se a inserção da família nos projetos terapêuticos se faz assentada no entendimento de que culpa e a solução dos problemas de saúde mental infantojuvenis são quase que exclusivos dela, escamoteamos a complexidade de fatores que produzem, articulam e ou acirram a experiência do sofrimento psíquico.

Por fim, no terceiro eixo, as principais dificuldades apontadas envolvem a baixa adesão das famílias ao tratamento, causada por múltiplos fatores, mas também como expressão da inadequação das ações ofertadas ante as reais necessidades dos familiares. Para Constantinidis e Andrade (2015, p. 340), tal inadequação expressa a ausência de diálogo em que, se assumindo como único competente, “[...] o profissional resolve o que é bom para a criança/adolescente sem escutar o responsável, sem (re)conhecer sua potência, sem buscar suas reais necessidades”.

Os profissionais mencionaram ainda dificuldades associadas ao estigma social por ser um serviço de saúde mental e o sucateamento da rede, faltando profissionais e recursos para o trabalho. Já em relação às potencialidades, apontaram o fortalecimento de vínculos entre a família e a criança/adolescente e a compreensão dos sintomas/diagnósticos que, segundo eles, levaria a uma maior adesão ao tratamento e, conseqüentemente, uma melhora no quadro clínico do paciente.

## CONCLUSÕES

Apesar do alarde em torno da importância da inserção da família no cuidado em saúde mental de crianças e adolescentes, persistem obstáculos e contradições que impedem sua efetivação. A afirmação de que a família é a responsável tanto pelo adoecimento quanto pela cura desses sujeitos reproduz a lógica liberal, individualizando soluções, além de escamotear a complexidade de fatores que produzem, articulam e/ou acirram

a experiência do sofrimento psíquico, contribuindo para a desresponsabilização do Estado e dos serviços/profissionais, bem como impedindo a construção de um cuidado em saúde mental integral, como apregoa a lógica da Atenção Psicossocial.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço minha orientadora que me auxiliou na elaboração do projeto e realização da pesquisa. Aos amigos e familiares que me apoiaram durante todo esse processo. Ademais, agradeço ao CNPq e à Fundação Araucária pelo financiamento, assim como a Universidade Estadual de Maringá – UEM por oportunizar essa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 223-245, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/?lang=pt&format=html>.

Acesso em: 24 ago. 2024.

CONSTANTINIDIS, T. C.; ANDRADE, A. N. de. Demanda e oferta no encontro entre profissionais de saúde mental e familiares de pessoas com sofrimento psíquico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, p. 333–342, fev. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n2/333-342/pt/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

LIMA NETA, M. I. F.; KAHHALE, E. M. P. Uma reflexão sobre relações familiares da perspectiva da psicologia sócio-histórica. *In*: TOASSA, G. *et al.* **Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis**. (org.). Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019, p. 206-224.

SEI, M. B.; SANTIAGO, E. A família na história das políticas de atenção em saúde mental: um estudo documental. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 3supl, p. 04-23, 2019. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/36956>. Acesso em: 26 ago. 2024.

TAÑO, B. L. *et al.* Crianças, adolescentes e suas famílias: proposições para práticas comprometidas com o encontro. *In*: FERNANDES, A. D. S. A. *et al.* **Saúde mental de crianças e adolescentes e atenção psicossocial**. 1ª ed. Parnaíba: Manole, 2021. p. 21-34.